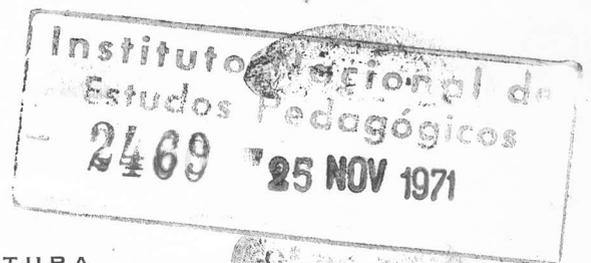


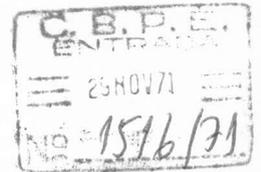


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS



OF. C/1261/71/GB.

21/11/1971



Do: Diretor do Departamento de Assuntos Universitários
Ao: Diretor do INEP

*Director
M. Laís,
podera
representar
to INEP
5-1-72*

Senhor Diretor,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Senhoria que o Departamento de Assuntos Universitários irá promover nas datas de 18, 19 e 20 de janeiro de 1972, em Brasília, o 1º Simpósio de Política Nacional de Pós-Graduação, cuja organização estará a cargo da Comissão Nacional dos Centros Regionais de Pós-Graduação.

OBJETIVOS DO SIMPÓSIO:

- a) Definir os objetivos dos Cursos de Pós-Graduação stricto sensu e discutir os sistemas mais adequados à sua implantação e funcionamento;
- b) Definir os princípios que inspiram a política do Governo, relativamente à Pós-Graduação, e as perspectivas oferecidas, no País, para o desenvolvimento dos vários Centros Regionais de Pós-Graduação;
- c) Discutir a viabilidade de iniciativa das várias entidades de ensino superior - ou outras eventuais - no tocante a instalar e desenvolver estudos pós-graduados em geral.

PARTICIPANTES:

- a) Poderão participar do Simpósio professores universitários, desde que devidamente inscritos na Secretaria Geral do mesmo;
- b) Entidades de ensino superior ou institutos de pesquisa,

por participantes credenciados, devidamente inscritos na Secretaria Geral do Simpósio;

- c) Membros do CFE, CAPES, CNPq, BNDE-FUNTEC e outras entidades nacionais ou estrangeiras cujas atividades se desenvolvam, quer na área de pós-graduação, quer da pesquisa científica;
- d) Interessados no assunto, a critério da Comissão Organizadora, à qual caberá permitir a inscrição de elementos que não pertençam aos grupos anteriormente referidos.

PROGRAMA:

Do programa constarão Conferência, Discussão de temas de interesse, em Grupos de Trabalho e atividades diversas.

TEMAS DE CONFERÊNCIAS:

- I - Os cursos de pós-graduação stricto sensu e seu papel na formação das elites intelectuais do País.
- II - Os Centros Regionais de Pós-Graduação e a política do Governo.
- III - A política de Bôlsas de Estudo, no País e no estrangeiro, para estudos pós-graduados.

TEMAS DE DISCUSSÃO, em Grupo de Trabalho:

- I - A investigação científica nos cursos de pós-graduação: seu papel e seu alcance.
- II - A necessidade de introdução da Metodologia Científica nos cursos de pós-graduação stricto sensu.
- III - A vantagem de cursos de Didática de Ensino Superior complementando a formação dos Mestres, nos Cursos de Pós-Graduação.
- IV - Necessidade do "sistema tutorial" nos cursos de pós-graduação stricto sensu. Recursos modernos a serviço de "sistemas".

Nota: A Comissão Organizadora aceita a sugestão de outros "Temas", reservando-se o direito de inclui-los, ou não, no programa do Simpósio. Tais sugestões, devidamente assinadas por seus autores, indicada também sua instituição de origem, de vem ser enviadas ao DAU/Rio, até o dia 15 de dezembro de 1971.

DESPESAS COM O SIMPÓSIO:

O Departamento de Assuntos Universitários assumirá tôdas as despesas com o Simpósio, exceto aquelas referentes a passagens e estadia dos participantes que deverão ficar a cargo das entidades que representarem.

Atenciosamente,

Newton Suciupira
NEWTON SUCUPIRA
Diretor

*Apesar do atraso com que
você é feita a indicação do
nome de quem deva representar o INEP, e havia
solicitado que o CBPE coordenasse providências sobre
a participação do INEP no Sim-
pósio. Estimaria que tais providên-
cias pudessem ser dadas até o
dia 15 de dezembro, e foi até 15 de
dezembro, levando a efeito
o nome de Maria Cais Mourinho
Guidi. 7.1.72
Robdo P. L.*

Sr. Diretor,

Apresentando excusas pela demora da res-
posta, no acúmulo de atribuições típico de final de
exercício, transmito a V. Sa. a indicação do nome
da Prof. Maria Cais Mourinho Guidi, com sufi-
cientes credenciais para representar o INEP no 1º
Simpósio de Política Nacional de Pós-Graduação.
Em 6.1.72 Elsa R. Martins

1th

Of. nº 295

13 /março/1972

Chefe da Secretaria do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos-INEP
Sr. Chefe do Centro de Documentação e Informática
: Agradecimento.

Senhor Chefe,

Recebi e agradeço a publicação dessa Coordenação "TABELAS DE VALORES E CALCULOS DE DESPESA"

Consulto a Vossa Senhoria se seria possível a remessa e 1 (um) exemplar desse trabalho para os nossos Centros de Pesquisas. Junto, caso seja viável, os endereços respectivos.

Atenciosamente,

Cely Vieira D'Angelo
Chefe da Secretaria
do INEP

Ilmo. Sr.
Prof. CHICRALLA HAIDAR
Diretor do CRPE "Prof. Queiroz Filho"
Cidade Universitaria - Butantã
São Paulo - SP

Ilma. Sra.
FRANCISCA ALBA TEIXEIRA
Diretora do CRPE "João Pinheiro"
Av. Amazonas, 5.855 - CP 2.444
Belo Horizonte MG

Ilmo. Sr.
Prof. DIRVAN SILVIERA LIMA TEIXEIRA
Diretor do CRPE da Bahia
Estrada de São Máximo, 197
Salvador - Bahia

Ilma. Sra.
Profa. GRAZIELA PEREGRINO
Diretora do CRPE de Pernambuco
Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos
Recife - Pernambuco

Ilmo. Sr.
Prof. ÁLVARO MAGANHÃES
Diretor do CRPE do Rio Grande do Sul
Av. Oswaldo Aranha, 271, 7º andar e 8º andar
Porto Alegre - Rio Grande do Sul

Ilma. Sra.
Profa. LÉA GOMES BRASIL
Diretora do Centro Audiovisual de Vitória
Av. Florentino Ávidos, 541 (digo) 514 - 1º andar
Vitória - Espírito Santo

Ilma. Sra.
Profa. MALBA SANTIAGO FERREIRA
Diretora do Centro de Recursos Audiovisuais de Curitiba
Faculdade de Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Paraná
Caixa postal - 2747
Curitiba - Paraná

Ilma. Sra.
Prof. ELZA RODRIGUES MARTINS
Rua Voluntários da Pátria, 107
Diretora do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
Rio de Janeiro - GB

Of. nº 173

16 FEV 1972

**Chefe da Secretaria do Instituto Nacional de Estudos
Pedagógicos
Inspetor Geral de Finanças**

: Solicita publicação

Senhor Inspetor,

Consulto Vossa Senhoria se seria viável a remessa, diretamente aos nossos Centros de Pesquisas, das publicações: Esquema de Despesa; Curso sobre Administração Financeira, Contábil e Auditoria e o Boletim Mensal dessa Inspetoria. Em anexo os endereços dos Centros.

Para uso deste Instituto agradeceríamos receber 5 (cinco) exemplares das duas primeiras publicações, uma vez que o Boletim é mensalmente encaminhado.

Atenciosamente,

**Cely Vieira D'Angelo
Chefe da Secretaria
do INEP**

Relação de endereços dos Centros

Ilma.Sra.
FRANCISCA ALBA TEIXEIRA
Diretora do Centro Regional de Pesquisas Educacionais
"João Pinheiro"
Av. Amazonas, 5.855 -
Belo Horizonte - MG

Ilmo.Sr.
Prof.DIRVAN SILVEIRA LIMA TEIXEIRA
DD. Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia
Estrada de São Lázaro, 197
Salvador . Bahia

Ilma.Sra.
MALBA SANTIAGO FERREIRA
DD. Diretora do Serviço de Recursos Audiovisuais de Curitiba
Faculdade de Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Paraná - Cx.P. 2747
Curitiba - Paraná

Ilma. Sra.
GRAZIELA PEREGRINO
DD. Diretora do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco
Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos
Recife - Pernambuco

Ilmo. Sr.
Prof.ALVARO MAGANHÃES
Av.Oswaldo Aranha, 271- 7º e 8º andar
Pôrto Alegre - RGS

Ilmo. Sr.
Prof.CHICRALLA HAIDAR
DD. Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais
"Prof. Queiroz Filho"
Cidade Universitaria - Butantã
São Paulo - SP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Inspetoria Geral de Finanças

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 22/72/IGF/GAB.

Em 31 de outubro de 1972

Do Inspetor-Geral de Finanças
Aos Administradores dos Órgãos do MEC sediados nos Esta-
dos da Guanabara e Rio de Janeiro
Assunto: C U R S O

*A Sec e CBPE
comparecerão todos os
servidores do setor de
contabilidade e material
06/11/72
MPC*

Senhor Administrador;

A Inspetoria Geral de Finanças ministra-
rá para os Órgãos do MEC sediados nos Estados da Guana-
bara e Rio de Janeiro, cursos sobre Administração Finan-
ceira, Contábil, Auditoria e Material, nos dias 29 o
30 de novembro e 1º de dezembro próximos, no AUDITÓRIO
DO PALÁCIO DA CULTURA - MEC, Rio de Janeiro-GB, no se-
guinte horário:

- Dia
- 29 - 08:00 às 12:30 e de 14:30 às 18:00 hs.
- 30 - 08:00 às 12:30 e de 14:30 às 18:00 hs.
- 1º - 08:00 às 13:00 horas.

Solicitamos o comparecimento dos respon-
sáveis pela Contabilidade e Material (almojarife) e ou-
tros servidores ligados às exigências do curso.

Outrossim, informamos que somente os par-
ticipantes que tiverem freqüência integral no curso (21
horas), receberão Certificados de Participação.

Atenciosamente,

ROMULO SULL GONSALVES
Inspetor-Geral de Finanças

CIENTE:
Alves
CIENTE:
Alves H.
19/11/72
Calvin
Adri
Francis
Paulo
Alfredo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

OFÍCIO Nº 1132/72/SG/DAA

Brasília, Em 13 de abril de 1972

Do : Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura

Ao : Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Assunto : comunicação

*A Sec.
Informar
CRER JRA.
17/04/72
Agn*

Senhor Diretor,

Solicitamos a Vossa Senhoria especial atenção, ao ofício circular nº 9/72/IGF/GAB, cópia anexa, procurando com que esse Órgão faça-se representar, quando houver em sua área ou próximo a ela, realização de Curso sobre Administração Financeira, Contábil, Auditoria e Material.

Esclarecemos, outrossim, que os cursos realizados em 1971 pela IGF, foram de grande proveito para os participantes e deram aos Órgãos uma clarevidência e dinâmica dos problemas afins ao curso, melhorando em muito os sistemas existentes no Ministério da Educação e Cultura.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

[Assinatura]
CONFÚCIO PAMPLONA
Secretário-Geral

Ilustríssimo Senhor

Coronel AYRTON DE CARVALHO MATTOS

DD. Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

RIO DE JANEIRO - GB.

GFM/mra.

*Encaminhar cópia aos Centros de
BA/PE/MG/RS/PR/SP
Arquivar IUPER/sec
24.4.72*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Inspetoria - Geral de Finanças

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 9/72/IGF/GAB.

Em 4 de abril de 1972

Do Inspetor-Geral de Finanças

Aos Dirigentes das Unidades Orçamentárias do MEC

Assunto : C U R S O S

Senhor Dirigente,

Comunicamos a V.S. que esta Inspetoria, cumprindo determinações do Exmo. Senhor Ministro, fará ministrar aos órgãos subordinados e vinculados a este Ministério, curso sobre Administração Financeira, Contábil, Auditoria e Material.

Solicitamos sejam oferecidas condições aos órgãos sob sua coordenação, para que possam fazer-se representar nesses simpósios, quando do deslocamento para os vários locais do curso, levando-se em consideração as áreas em que foi dividido o Território Nacional (calendário anexo).

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a V.S. protestos de alta estima e consideração.


ROMULO SULP GONSALVES

Inspetor - Geral de Finanças

**CALENDÁRIO DO CURSO SOBRE ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA, CONTÁBIL, AUDITORIA E MATERIAL,
A SER MINISTRADO PELA IGF, NO ANO DE 1972**



ABRIL	18/20	SALVADOR ✓	Bahia - Alagoas - Sergipe
MAIO	08/10	RECIFE ✓	Pernambuco - Rio G. Norte - Paraíba
	11/13	FORTALEZA	Ceará
JUNHO	12/14	BRASÍLIA	Distrito Federal - Goiás - M. Grosso
JULHO	17/19	SÃO LUIS	Maranhão - Piauí
	20/22	BELEM	Pará - Amapá
	24/26	MANAUS	Amazonas - Rondonia - Roraima - Acre
AGOSTO	23/25	BELO HORIZONTE ✓	Minas Gerais - Espírito Santo
SETEMBRO	20/22	PORTO ALEGRE ✓	Rio Grande do Sul
	25/27	CURITIBA	Paraná - Santa Catarina
OUTUBRO	18/20	SÃO PAULO ✓	São Paulo
NOVEMBRO	08/10	RIO DE JANEIRO	Guanabara - Rio de Janeiro

22 MAR 1972

Of. Circular nº 342/C.

Do: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Ao:

Assunto: Programa de pesquisas do INEP 72/73

Senhor Diretor,

A fim de proceder a estudos para a fixação do programa de pesquisas do INEP, biênio 72/73 (PROGRAMA ANÍSIO TEIXEIRA), este órgão deverá promover, no período de 4 a 7 de abril vindouro, reunião com seus Centros de Pesquisas Educacionais e Serviço de Recursos Audiovisuais, bem como com representantes de órgãos do MEC.

A sistemática de ação encontra-se descrita no documento anexo, para o qual pedimos especial atenção de V.Sa. no tocante aos contatos que esse *Centro de Serviço* deverá manter com entidades locais.

Atenciosamente,

Ayrton de Carvalho Mattos
Ayrton de Carvalho Mattos

Diretor do INEP

Aguiar
Ant

110.
3 anos.
10. anos?

M



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

D. Celso

Esta é a relação de processos do Inep
que se encontra em mãos de SUZ ORO FINO
FIHO, a qual D. Zenaide pediu que lhe envia-
ssem.

Um abraço

Paulo Francisco Lho

Banhia, 11/05/72

Aguiar SAEP/Sec
AHL

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

Recebi do Instituto nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), os seguintes Processos:

- 01 - Centro de Treinamento de Santa Catarina, contendo:
- a - Processo nº 1.869 de 21/08/70.
 - b - Compromissos assumidos pelo INEP-CTM de Chapecó.
 - c - Acordo de adesão ao Segundo Plano Mestre de Operações para o Projeto de Educação Primárias e Normal do Brasil.
 - d - Termo de Convênio entre o MEC e o Governo do Estado de Sergipe para a construção do CTM de Chapecó.
 - e - Traslados de Escritura de Terreno em Chapecó.
- 02 - Centro de Treinamento de Manaus, contendo:
- a - Termo de Convênio entre o MEC, e o Governo Estadual do Amazonas.
 - b - Xerox de recorte do Diário Oficial, com o Decreto nº 844, de 30/01/67.
 - c - Recorte do Diário Oficial do Estado do Amazonas, de 24/10/67. 04/11/67.
 - d - Pasta de acordo MEC/ Governo do Estado do Amazonas. - Pasta do Contrato de Locação do Imóvel em Manaus.
- 03 - Centro de Treinamento de Sergipe, contendo:
- a - Termo de Convênio entre o MEC e o Governo do Estado de Sergipe para a construção do CTM de Estância.
 - b - Compromissos assumidos pelo INEP em Estância no Sergipe e atividades de 1.970.
 - c - Traslado de Escritura do Terreno em Estância.
 - d - Xerox da lei nº 1.508, de 01/12/67, publicada no Diário Oficial, de 04/12/67.
 - e - Planta baixa do CTM de Propriá.
 - f - Fotos do Prédio do Centro de Propriá.
 - g - Relação de material existente e fichas para o levantamento do material permanente de Propriá.
- 04 - Convênio P/Construção P/Centros de Treinamentos.

05 - Centro de Treinamento do Paraná, contendo:

- a - Termo de Conferência entre o Governo Estadual do Paraná e o MEC para a construção do CT do Magistério Primário.
- b - Decreto nº 20.646 do Governo Estadual do Paraná.
- c - Escritura PÚBLICA dos terrenos que formam a quadra nº 134 da Planta Fazenda Boqueirão em Curitiba.
- d - Processo nº 2.143/70 - INEP.
 - Decreto nº 1.173/70 do Secretário de Educação e Cultura do Paraná ao Decreto do INEP, solicitando incluir no Convênio acima referido, novas condições.
 - Cópias do Termo do Convênio entre o Estado do Paraná e o MEC.
 - Ofício do Assessor Jurídico ao Diretor do INEP.
- e - Pasta com o acordo MEX/Governo do Paraná - Construção do CTM do Paraná.
- f - Documentos extras do Centro do Paraná:
 - f.1 - Acordo de adesão ao segundo plano mestre de operações para um Projeto de Educação Primária e Normal no Brasil.
 - f.2 - Compromissos assumidos pelo CTM de Curitiba.
 - f.3 - Calendário de PROGRAMA ESTADUAL-PR.
 - f.4 - Levantamento do material permanente.
- g - Relação de Livros do CTM de Curitiba.
- h - Fichas com levantamentos do material permanente do CTM em Curitiba.

06 - Centro de Treinamento do Espírito Santo, contendo:

- a - Processo nº: 234,725.
- b - Relação de Livros doados aos Cursos pela COLTED.
- c - Registros dos Livros da Biblioteca dos Cursos do INEP / MEC para o Espírito Santo.
- d - Fichas para o levantamento do material permanente de Centro de COLATINA:

07 - Centro de Treinamento da Paraíba, contendo:

- a - Ofício do Coordenador dos CT/Paraíba p/ a Assistente Técnica do SAI/INEP, acompanhando dados sobre o Centro' de Sapé.

- b - Termo de acordo MEC/Estado da Paraíba, para construção de prédios destinados ao Ensino Normal nos municípios de Alagôa Grande e Souza.
 - c - Planta baixa do Projeto para Reforma do Centro de Treinamento de Sapé.
 - d - Projeto para construção dos Centros de Treinamentos de Souza e Alagôa Grande.
 - e - Fotografias dos Centros de Treinamento de Alagôa Grande e Souza.
 - f - Acordo de Adesão ao IIº Plano Mestre de Operações para um Projeto de Alunos Primários e Normal no Brasil.
 - g - Atividades e Orçamento (cópias) em 1.970, dos CTM de Souza, Sapé e Alagôa Grande.
 - h - Levantamento do Material Didático adquirido nos períodos de 1.965/1.971.
 - i - Idem, de 1.965 à 1.968 - Sapé.
 - j - " " , de 1.969 à 1.971.
 - k - " " , de Alagôa Grande, 1.969 à 1.971.
 - l - Complemento do Levantamento do Material em 1.966 à 1.967 - Souza.
- 08 - Centro de Treinamento de Mato Grosso, contendo:
- a - Processo nº. 1.553, de 20/06/1.968.
 - b - Termo de Convênio entre o MEC e o Governo Estadual de Mato Grosso para a construção do Centro de Treinamento de Cuiabá e Campo Grande.
 - c - Xerox do Decreto Legislativo nº 1.181 de 09/11/67, publicado no DIÁRIO OFICIAL de 23/11/67.
 - d - Traslado da Escritura do Terreno em Campo Grande para a construção do CTM.
 - e - Escritura do Terreno.
 - f - Pasta com a Construção dos Centros de Treinamentos do Magistério de Cuiabá, Campo Grande, Chapecó e Estância.
 - g - Fichas para o levantamento do material permanente do Centro de Cuiabá.
 - h - Planta baixa do centro.
 - i - Acordo para Adesão ao Segundo Plano Mestre de Operações para um projeto de Educação Primária e Normal no Brasil.

09 - Centro de Treinamento de Goiás, contendo:

- a - Acordo de Adesão ao Segundo Plano Mestre de Operações para um Projeto de Educação Primária e Normal do Brasil.
- b - Atividades dos Centros de Treinamentos de Inhumas, Catalão e Morrinhos.
- c - Levantamento do Material Permanente de: Catalão, Morrinhos, Inhumas e Tocantinópolis.
- d - Fotografias do CTM de Catalão.



LUIZ ORCINO FILHO
ASSESSOR "A" - GTIRA

Of. nº 580

15 de maio de 1972.

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Sr. Delegado da Delegacia Regional/3

Senhor Delegado,

Anexo, remeto a Vossa Senhoria, a título de informação, cópia de nosso Ofício nº 555 de 05 do corrente mês, que trata da extinção do Centro Audiovisual de Vitória e da distribuição do respectivo acervo entre a Representação dessa Delegacia, na Espírito Santo, e a Universidade Federal daquele Estado, atuando, como liquidante, a Senhora Representante da DR/3.

Deixa de seguir a cópia da Portaria de que trata o ofício citado, em razão de seu texto estar sendo revisto na Secretaria-Geral do MEC.

Renovo a Vossa Senhoria os protestos de alto apreço e consideração.

Ayrton de Carvalho Mattos
Diretor

Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos

01281 * 25 MAI 1972

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1972

*A Sec
Remeter 1 exemplar
ao M. Sec e 1 exemplar
ao CBPE, aprovando
instante. C. 25/5/72
A. L.*

Tenho o prazer de encaminhar, em anexo, estudo de minha autoria intitulado EDUCAÇÃO E EMPREGO, publicado na revista Educação nº 1.

Atenciosamente,



Arlindo Lopes Corrêa
Secretário Executivo

*Providenciado. Arquivado.
A. L. 29.5.72*

EDUCAÇÃO E EMPREGO

Arlindo Lopes Corrêa

1. TENDÊNCIAS RECENTES

1.1. A "Descoberta" da Educação

Terminada a 2ª Guerra Mundial, institucionalizou-se o movimento de solidariedade internacional, tendo como objetivos reerguer países devastados e levar o progresso às nações cujos níveis de vida eram extremamente baixos.

Para exprimir o processo de reconstrução ou construção econômica, forjou-se a palavra "desenvolvimento". Motivando e mobilizando gradualmente as elites administrativas de todas as sociedades civilizadas modernas, a luta pelo desenvolvimento deu origem a toda uma nova teoria no campo das ciências sociais.

A procura das possíveis causas da riqueza das nações atraiu as atenções dos meios acadêmicos, pois é óbvio que sua determinação tornaria possível atingir a meta visada com menor dispêndio de tempo e recursos.

Já então, a frustração nos esforços para elevar os padrões de vida dos chamados "países pobres", comparada com o estrondoso sucesso da reconstrução ("milagres" alemão, japonês e francês) levou à reflexão e parecia demonstrar a existência de fatores de progresso que haviam passado despercebidos.

A pesquisa histórica da economia dos países cujos surtos de prosperidade foram precoces e intensos mostrava uma coincidência persistente: esse dinamismo peculiar surgiu sempre em nações dotadas de bons sistemas educacionais. Em oposição, países dotados de grandes potencialidades naturais, mas que não se desenvolviam, possuíam, todos eles, sistemas de ensino deficientes.

O instrumental de análise econômica, enriquecido com métodos quantitativos, mostrou novas dimensões da interdependência entre educação e desenvolvimento. A década dos 60 foi fértil no surgimento de pesquisas que demonstraram a excepcional importância da educação: inicialmente, foram as correlações matemáticas entre índices e variáveis buscando exprimir, de um lado, o nível educacional médio

dos vários países e, de outro, sua prosperidade econômica; a seguir, foi o estudo das taxas de retorno dos investimentos em educação; finalmente, as investigações mais ambiciosas, visando a quantificar a influência do "fator residual" no crescimento ou no nível absoluto da Renda Nacional.

Os resultados dessas pesquisas, convergentes e eloquentes, não deixaram margem a dúvidas, apesar de suas notórias imperfeições metodológicas: a educação passou a ser considerada como fator primordial do progresso das nações.

1.2. Emprego: Elo Entre Educação e Desenvolvimento

À verificação de que os padrões educacionais e os níveis de desenvolvimento das nações eram interdependentes, seguiu-se a procura dos respectivos elos de ligação.

Os economistas construíram um quadro coerente, nítidamente voltado para a produção, que pretendia explicar o mecanismo através do qual se fazia a influência da educação sobre o desenvolvimento:

a) observando que o homem se aplicava ao trabalho, de modo mais ou menos eficiente, em função de sua preparação geral e específica, atribuiu-se grande relevo à habilitação de força de trabalho, para o exercício de atividades produtivas, identificando-se o emprego como elo de ligação entre educação e desenvolvimento;

b) igualmente, a ciência e a tecnologia, cuja excelência depende do aperfeiçoamento da educação, foram identificadas como parte dessa ligação, pelo fato de gerarem e permitirem a aplicação -útil do conhecimento;

c) finalmente, a administração e a organização, que imprimem às atividades de produção o dinamismo capaz de assegurar o atingimento de seus objetivos finais, figuraram nessa lista inicial.¹

Aceitas as ligações enumeradas, concluía-se conseqüentemente que o processo de desenvolvimento não seria influenciado pelo simples fato de se expandirem os sistemas educacionais: tornar-se-ia necessário dar determinados tipos de educação a quantidades definidas de componentes atuais e futuros da força de trabalho.

A constatação de deficits de elementos qualificados para o preenchimento de funções necessárias na sociedade robustecia a hipótese levantada. Ademais, a observação dos fenômenos de desemprego de grupos com educação refinada e de "brain-drain" parecia também sustentar essa posição, pois comprovava que a educação, por si

só, não teria efeito "germinativo".

Conseqüentemente, esboçou-se a tendência de subordinar-se a expansão e diversificação dos sistemas educacionais às exigências atuais e futuras do mercado de trabalho, de modo a evitar-se o ônus político, social e econômico de preparar o homem para o desempenho de funções que não estariam vagas ou mesmo disponíveis na sociedade.

Essa tendência firmou-se nos meios técnicos, exprimindo-se pela construção de metodologias de planejamento que atribuíam supremacia ao mercado de trabalho, sobre todos os demais fatores, na determinação dos rumos futuros da educação.

1.3. Repercussões sobre a Formulação de Política

No período de pós-guerra, as ciências econômicas adquiriram um prestígio sem precedentes e receberam um vigoroso impulso, muito mais intenso que o observado nos demais ramos das ciências sociais.

Em quase todo o mundo, registrou-se o acesso dos economistas aos centros de poder, que esses profissionais procuraram influenciar no sentido de lograr maior racionalidade no processo decisório. As técnicas de planejamento foram gradualmente aperfeiçoadas e adquiriram suporte político crescente junto às esferas administrativas.

O processo de planejamento foi iniciado com uma visão nitidamente econômica e setorial. Para compatibilizar as políticas setoriais derivadas, os modelos utilizados tomavam por base o fator de produção que era então reconhecido unânimemente como o mais escasso: o capital. Tanto os recursos naturais como os recursos humanos eram abordados fragmentariamente, na medida de sua vinculação aos setores focalizados. É claro que as políticas setoriais acabavam por determinar uma certa política implícita de recursos humanos, mas, só por acaso, não estava ela repleta de contradições internas.

Identificada a habilitação da força de trabalho como elo de ligação entre o desenvolvimento e a educação; constatadas as limitações ao desenvolvimento impostas pelos deficits de pessoal qualificado, etc., foram dados os passos necessários à criação de uma "teoria dos recursos humanos", se bem que ainda hoje ela careça da abrangência e organicidade desejáveis.

A tendência atual é para que o planejamento se faça segundo uma matriz em que, nas colunas, figurem os setores, e nas linhas, os seus aspectos comuns: os recursos naturais, humanos e de ca

pital. Para estes, teoricamente, procura-se adotar uma abordagem análoga, envolvendo suas dimensões de desenvolvimento (formação e absorção do exterior); conservação e renovação; distribuição, utilização e mobilização.

Embora esse quadro teórico já tenha sido idealizado há algum tempo, ainda não existem metodologias adequadas para tratar todos os temas e setores nele incluídos, formulando as políticas desejáveis dentro da ótica de recursos humanos. De um modo geral, a ênfase repousa naqueles setores que envolvem a preparação e posterior utilização da população no mercado de trabalho (políticas de educação e mão-de-obra):

De acordo com esse esquema, o planejamento da educação se faz considerando que:

1) o fluxo estudantil através do sistema de educação deve estar condicionado pelo estoque atual e futuro da força de trabalho efetivamente empregada;

2) para o exercício de certa função, a um dado nível de produtividade, em determinado setor econômico, o estoque da força de trabalho deve apresentar um perfil educacional definido.

A aceitação inflexível dessas premissas acarretaria, evidentemente, uma subordinação da expansão e diversificação da educação ao mercado de trabalho.

2. PROBLEMAS NAS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E EMPREGO

Em todos os países do mundo, encontram-se, em maior ou menor escala, nas relações entre emprego e educação, os seguintes tipos de problemas (além de algumas variantes):

a) existem, no mercado de trabalho, vagas disponíveis e não preenchidas adequadamente, por falta dos recursos humanos correspondentes; o sistema educacional não formou, no passado, em quantidade e qualidade, o pessoal exigido pelos setores produtivos;

b) existem recursos humanos, desempregados ou subempregados, qualificados para o preenchimento de vagas que não estão disponíveis; o sistema educacional formou, no passado, excedentes de certos tipos de mão-de-obra;

c) existem recursos humanos, desempregados ou subempregados, qualificados para o preenchimento de vagas que estão disponíveis, e não são aproveitados convenientemente; neste caso, defron-

ta-se com um problema típico de inadequação da política de utilização de mão-de-obra.

É comum, igualmente, que o sistema educacional esteja estruturado de modo a agravar os "deficits" ou "superavits" existentes e/ou que a implementação da política de utilização de recursos humanos se faça de forma a ampliar as distorções já constatadas no mercado de trabalho. Mesmo nos países que adotam o planejamento educacional e têm uma política de emprego elaborada em bases racionais e científicas, essas ocorrências são comuns, pois existem inúmeros fatores — tangíveis e intangíveis — que dificultam a correção imediata dessas anomalias.

Os mecanismos naturais ou artificiais de compensação usualmente observados, nos casos de "deficit", consistem na imigração e absorção de peritos estrangeiros em missões de assistência técnica, privada ou oficial, de modo a preencher as lacunas existentes. É possível, também, procurar contornar esses deficits através da adoção de uma tecnologia que poupe o tipo de mão-de-obra em falta. É evidente, também, que ocorre, mas não se considera como normal, a substituição dessa mão-de-obra faltante por pessoal de qualificação acima ou abaixo da necessária para o exercício da atividade em pauta, pois, nesse caso, o fator trabalho estaria sendo utilizado ou atuaria com uma produtividade inadequada.

Nos casos de "superavit", a emigração funciona como mecanismo compensatório. Quando os recursos humanos excedentes têm alto nível de qualificação e a emigração não acompanha a exportação de capitais, ela assume um caráter nocivo para o país de origem dos emigrantes, em virtude da perda intrínseca dos investimentos feitos nesses indivíduos e do desperdício de seu potencial criador ou transformador. A adoção de tecnologia absorvedora da mão-de-obra excedente é outra forma possível de compensação.

Um fenômeno muito comum no mundo moderno, que serve para contrabalançar a existência de deficits ou para amenizar "superavits" é o "desvio ocupacional": elementos qualificados especificamente para determinada ocupação estão trabalhando no exercício de outra função que não aquela para a qual foram preparados. Essa substituição entre elementos dotados de formações diferentes pode, em certos casos, refletir uma espécie natural e desejável de mobilidade ocupacional, necessária muitas vezes para ajustar o indivíduo à sua verdadeira vocação e aspiração. Em outros casos, porém, o desvio ocupacional é um problema em si mesmo (quando o indivíduo desempenha atividade que exige menor qualificação do que aquela de que dispõe) ou reflete problemas graves do sistema educacional e/ou do mercado de

trabalho.

Considerando que, idealmente, o sistema educacional e o mercado de trabalho devem estar estruturados de modo que não haja má utilização, deficits ou excessos de recursos humanos, convém procurar identificar algumas das causas mais comuns dessas ocorrências.

Algumas dessas causas situam-se nitidamente do lado da oferta (sistema educacional); outras, do lado da demanda (mercado de trabalho). Todavia, nem sempre é possível estabelecer essa dicotomia.

A intransparência do mercado de trabalho é exemplo deste último caso. O desconhecimento, pelos empregadores, do volume e das qualificações específicas que compõem a oferta de mão-de-obra, de um lado; de outra parte, o desconhecimento, pelos candidatos potenciais a emprego futuro, do tipo e quantidade de vagas que o mercado lhes oferece, conduz a decisões irracionais, causando desequilíbrios marcantes. A tendência derivada para que estudantes e treinandos tenham suas aspirações profissionais totalmente desvinculadas das realidades do mercado de trabalho e muito mais influenciadas pelo conteúdo de sua educação anterior, pela ação da família e do meio ambiente, conduz à procura excessiva por profissões que confirmam elevado "status", em decorrência do seu "prestígio social". Como a expansão do sistema educacional se faz também levando em consideração as pressões políticas da opinião pública, tal fato pode acarretar uma deformação na diversificação do sistema educacional.² O "prestígio social" de certas profissões, já citado, e a discriminação contra outras, que ainda não se impuseram junto aos empregadores potenciais, pode, também, distorcer a demanda do mercado de trabalho, quando essa não traduz as verdadeiras exigências de qualificação correspondentes à função a preencher, guiando-se por critérios irracionais. A falta de mobilidade espacial da mão-de-obra aparece como causa da problemática analisada e está geralmente associada à sua baixa qualificação (configurando um problema do lado da oferta), ao desconhecimento da existência de oportunidades de emprego em outras áreas geográficas (denotando um problema de má utilização dos recursos humanos disponíveis) e à forte concentração da demanda do mercado de trabalho. Esta última ocorrência merece certa ênfase, pois, às vezes, haveria vantagens econômicas em praticar certo intervencionismo estatal, de modo a criar condições para fixação de certos tipos de mão-de-obra em regiões onde ela é escassa.

Do lado da oferta, propriamente dita, seria necessário lembrar pelo menos duas causas de graves deformações nas relações educação-emprego: a má qualificação conferida pelo sistema educacional e a rigidez que o caracteriza em quase todo o mundo. Quando a qualificação conferida pela educação é deficiente, podem ocorrer vários fenô

menos distintos: utilização de elementos qualificados em outras funções para substituir aqueles que não estão adequadamente formados para exercer a atividade em pauta (substituibilidade); desemprego ou subemprego (em outro nível ocupacional) dos elementos de baixa qualificação. Em casos extremos, esse total descompasso entre a qualificação conferida pelo sistema educacional e aquela requerida pelo mundo produtivo deriva de mudanças estruturais nos setores econômicos, que não se refletem em modificações correspondentes na área da educação.

Essa última ocorrência está, de certo modo, ligada à rigidez típica dos sistemas educacionais, incapazes de reagir prontamente às novas exigências do mercado de trabalho. Em quase todo o mundo, os sistemas de ensino propiciam um número limitado de diferentes formações para o trabalho, enquanto o número de funções a preencher nos processos de produção é muito mais elevado, com tendência para progressiva diferenciação. A par disso, há a inércia de resposta aos estímulos do mercado: quando os administradores da educação percebem que surgiu o mercado para uma nova profissão, à qual deve corresponder uma nova combinação de conteúdos educativos, já existe uma considerável demanda reprimida, acumulada através do tempo. A reação tardia exprime-se pela implantação de facilidades educacionais em excesso, para atender à demanda o mais rapidamente possível. Ao fim de certo tempo, a demanda reprimida é atendida, há uma demanda apenas marginal, de reposição e para cobrir o crescimento vegetativo do setor, mas novos e numerosos contingentes continuam sendo preparados para supri-la. Passa-se, assim, da situação de "deficit" a "superavit", sem que se obtenha o equilíbrio desejado. Essa rigidez manifesta-se negativamente, também, quando certas profissões se tornam obsoletas e essa obsolescência não é acompanhada pela extinção ou transformação dos cursos correspondentes.

Do lado da demanda do mercado de trabalho, deve-se fazer referência igualmente a algumas distorções de importância. A discriminação contra certos tipos ocupacionais, gerada primordialmente pelo fenômeno do "prestígio social", pode assumir tons bastante marcantes e deformar consideravelmente o mercado de trabalho. A falta de incentivos (salariais ou não) para certos grupos funcionais coexiste, às vezes, com sua carência em relação às necessidades da sociedade. É comum essa ocorrência, quando seu empregador mais importante tem características especiais (setor público, por exemplo). As mudanças estruturais nos setores econômicos vão-se tornando mais e mais comuns, à medida que a ciência e a tecnologia progridem. Essas modificações, às vezes bruscas, aliadas à rigidez do sistema educacional, acarretam de sequilíbrios de vulto no mercado de trabalho (obsolescência ou surgimento de profissões).

Todo esse emaranhado, em que muitas vezes é difícil se parar a causa do efeito, ocorre em todos os níveis de qualificação, indo desde o trabalhador semiqualficado até o cientista. As pesquisas e estudos correspondentes são mais comuns, porém, para o caso do pessoal de nível superior.

3. AS GRANDES QUESTÕES EDUCACIONAIS

A educação vive um momento de inegável prestígio, em todo o mundo. Ao mesmo tempo e por esse motivo, vive um período de intensa contestação, em todos os seus aspectos. Há quatro pontos, porém, sobre os quais as indagações e inquietações se concentram, merecendo destaque neste documento.

A primeira grande questão contemporânea, no que concerne à formulação de política de desenvolvimento — em geral — e de educação, em particular, diz respeito à tradução da prioridade atribuída à educação em termos de recursos relativos carreados para esse setor.

A conscientização generalizada da importância da educação vem conduzindo a opinião pública a pressionar administradores, políticos e técnicos a aumentar as verbas para o setor.

Realmente, todos têm um motivo razoável para querer mais educação. Esse motivo pode ser econômico, político, social ou cultural, mas está disseminado em todas as camadas da população. Não há ação mais decisiva e duradoura, no sentido de acelerar a mobilidade social, do que a que se empreende através da democratização de oportunidades de acesso à educação. Não há fator mais palpável para acalantar a esperança de ascensão da escala econômica do que a capitalização intelectual e a qualificação obtidas através da educação. Não há modo mais eficiente de aumentar o poder nacional do que investir maciçamente na formação de recursos humanos. Não há melhor canal para transmitir valores morais, formar para a cidadania, preparar para uma vida feliz, do que o sistema educacional. Não há atividade produtiva mais eficiente que a educação no sentido de aproveitar o único bem que ainda não é escasso no mundo — e que, ao mesmo tempo, é o mais precioso de todos os bens: a inteligência humana, que está sendo desperdiçada, principalmente dentre as classes menos favorecidas dos países subdesenvolvidos.

E se todos, em tese, têm motivos para querer mais educação, por que a relutância em dar-lhe um tratamento especial, alocar-lhes maiores recursos humanos e materiais?

Há, pelo menos, duas ordens diferentes de fatores que obstam o aumento drástico de recursos atribuídos à educação. A primeira diz respeito à escassez dos recursos globais à disposição dos administradores, para efetuar dispêndios nos vários setores. O crescimento dos recursos disponíveis se faz normalmente a taxas modestas e há resistências ponderáveis à intenção de diminuir as verbas consignadas a qualquer setor. Assim, embora todos estejam teoricamente dispostos a investir mais em educação, a relutância natural em desviar recursos de outros setores se exprime, concretamente, pela obstaculização daquele aumento drástico. Além disso, aqueles que atuam nos centros de poder — principalmente os técnicos — estão condicionados, por uma longa tradição, a inquietar-se com o espectro da insuficiência de recursos financeiros, sem uma sensibilidade semelhante para a escassez de recursos humanos, que assume, certas vezes, proporções mais graves, impedindo o desenvolvimento das nações. Assim, ao ter que optar entre o desperdício de recursos financeiros ou de recursos humanos, preferem desperdiçar estes, provavelmente apenas por seguirem a tradição que, aliás, é bastante discutível. Sucede que, em todo o mundo — e estamos certos de não cometer exagero — a educação apresenta baixos níveis de produtividade, rendimento e eficiência.³ Daí, a natural relutância em elevar radicalmente o esforço financeiro no campo educacional, que acarretaria correspondente aumento do desperdício. Se é certo que a opinião pública brada por "mais educação", também é certo que dessa mesma opinião pública partem clamores incessantes contra os sistemas educacionais: não atendem às necessidades do mercado de trabalho; não têm contribuído para preservar valores julgados intocáveis; não têm produzido a democratização de oportunidades considerada desejável; não motivam a população para o desenvolvimento; não formam para o exercício da cidadania.

A esta altura já se pode perceber que, na realidade, este conflito não precisaria existir, pois todos estão de acordo em dois pontos que não são mutuamente exclusivos:

1) a educação é imprescindível para o Homem e a sociedade; e

2) a educação não está atingindo todos os seus objetivos, nem utilizando adequadamente os meios postos à sua disposição.

O que todos querem, claramente, é mais educação, desde que ela seja a educação certa.

É evidente que a solução está em reformular a educação, eficientizá-la e, paralelamente, aquinhoá-la com os recursos de que carece para sua expansão. Embora não se possa pagar, impassível

velmente, tão pesado tributo à ineficiência — como se paga hoje, no setor educacional — é certo, também, que não se pode esquecer que tolher a expansão educacional significa desperdiçar, irreversivelmente, inteligência, vontade e felicidade humanas ... E isto tem um custo social, político e mesmo econômico que seria preciso quantificar, para tomar uma decisão racional.

Outra grande questão, que se liga àquela referente à velocidade de expansão do setor educacional, diz respeito ao dilema "quantidade-qualidade". Também neste caso, trata-se de um conflito que não precisaria existir, pois todos estão de acordo em que é preciso incorporar ao sistema educacional faixas cada vez mais amplas da população, mantendo e até aprimorando a qualidade da educação. O mundo está vivendo, atualmente, o período de transição entre a educação para elites e uma educação para todos, que o processo de modernização exige necessariamente. A incapacidade de o setor educacional abranger maiores quantidades, com melhor qualidade, é fruto do seu alheamento às modificações do mundo moderno. A educação vive, ainda hoje, uma fase artesanal — para estabelecer uma analogia com o mundo produtivo — e deve passar por uma revolução — semelhante à Revolução Industrial — para expandir sua produção, baixar seus custos unitários, beneficiar número rapidamente crescente de consumidores e melhorar seus padrões qualitativos. É claro que essa transformação — radical já se esboça em alguns países, que perceberam a necessidade de alterar a tecnologia educacional, solução para o dilema "quantidade-qualidade". É certo, também, que os primeiros passos, nesse sentido, encontrarão adversários — como os teve a Revolução Industrial — incapazes de analisar a mudança em uma perspectiva a longo prazo. Mas ela é imperiosa e virá, pois se trata da única possibilidade de implantar a educação permanente e injetar, com a rapidez necessária, a qualidade de que a educação carece.

A essas duas controvérsias soma-se uma outra, que aflige hoje a muitos países subdesenvolvidos e — em menor escala — desenvolvidos. Trata-se de saber qual a resposta correta à pergunta : deve a educação — pelo menos nos seus níveis e ramos profissionalizantes — ter sua expansão rigidamente condicionada pelas exigências do mercado de trabalho? No que concerne aos países desenvolvidos, a resposta é mais simples : essas nações possuem inúmeras "válvulas de escape", aceitáveis economicamente, para uma possível situação de excedentes de mão-de-obra (exportação de capital, acompanhada de assistência técnica e mesmo emigração — esta tornada possível pelo hiato que os separa, em termos de qualificação da população, dos países subdesenvolvidos); aí, também, as necessidades educacionais de caráter político e social estão crescendo bruscamente, havendo uma tendência para fazer com que todos recebam educação até o nível de

aproveitamento "ótimo", ou mesmo máximo de sua "ability". Para essas a resposta, em breve, será clara: quanto mais educação, da melhor qualidade, maiores os frutos obtidos pela sociedade ...

Para os países subdesenvolvidos, a questão é mais complexa, pois muitos deles, atualmente, acham-se extremamente angustiados com o fato de terem consciência de que a educação é setor prioritário, que deve ser estimulado, mas que não pode ser expandido indefinidamente, pois se corre o risco de criar o desemprego de elementos educados que, frustrados, formariam bolsões de insatisfação, além de implicarem em investimentos ociosos ou subutilizados.

Essa inquietação é válida, dentro de certos limites, mas não deve ser levada a extremos, por várias razões. Na realidade, há certa rebeldia dos fatos em relação à lógica que cerca esse tipo de raciocínio.

O fato histórico, por exemplo, mostra que, nos países desenvolvidos, o que ocorreu, ao elevar-se o nível educacional da população, foi a concomitante elevação do perfil educacional exigido para o exercício de quase todas as ocupações. É claro que dois fenômenos paralelos facilitaram esse reajustamento natural: o crescimento dos salários reais de toda a força de trabalho e a tendência para que o fenômeno do "prestígio social", associado a esta ou àquela ocupação, se tornasse menos relevante, notando-se certa indiferença no "status" dos elementos que ocupam as diversas funções existentes no mercado de trabalho.

A realidade atual de certos países subdesenvolvidos é, também, ilustrativa de que uma política mais adequada de utilização da mão-de-obra poderia contornar muitas das situações de excedentes de pessoal qualificado (há certa dose de ironia em falar-se de excedentes de mão-de-obra qualificada em países subdesenvolvidos!): na maioria deles, uma redistribuição espacial de certos grupos ocupacionais permitiria auferir grandes vantagens econômicas; mesmo a criação de subsídios econômicos para incentivar a utilização de certos tipos de mão-de-obra, eventualmente em excesso, poderia ser viável.

Mas para todos os países do mundo, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, haveria uma série de interrogações a adicionar-se às razões já citadas, no sentido de libertar a educação da tirania do mercado de trabalho. Por que se há de julgar que só os recursos de capital podem criar empregos? Não será um mero equívoco ou preconceito considerar-se que o desenvolvimento se faz principalmente em função do capital e, só secundariamente, em função do Homem? Não são elucidativos, nesse sentido, os resultados de todas as pesquisas econômicas sobre as relações entre educação e desenvolvimento? Não deve

rá a planificação global ser liderada e condicionada primordialmente pela disponibilidade de recursos humanos?

Se as respostas a estas perguntas forem positivas, poder-se-á, obviamente, dizer, também em relação aos países subdesenvolvidos: quanto mais educação, de melhor qualidade, maiores os frutos obtidos pela sociedade.

É claro que não estamos advogando que as nações que possuam deficits de mão-de-obra, identificados com clareza, deixem passar a oportunidade de expandir a sua educação, preenchendo-os simultaneamente. O que não julgamos aceitável é que nações que estão prestes a universalizar a educação geral compulsória encarem timidamente uma expansão do ensino médio ou superior, pelo fato de existirem dúvidas quanto à absorção dos seus graduados pelo mercado de trabalho. Afinal, repetimos, não se fará desenvolvimento senão por força da ocorrência de descontinuidades no processo ... Não acreditar na necessidade de expandir a educação corresponde a não crer na viabilidade do desenvolvimento ...

É de supor, em face das alterações surpreendentes dos últimos tempos, na vida das nações, que a política de recursos venha a tornar-se o centro de todas as decisões quanto à política global de desenvolvimento.

O quarto ponto controvertido a merecer ênfase diz respeito ao conflito que se manifesta quanto à complementaridade entre educação geral e educação profissionalizante (aqui incluído o treinamento). Quando deve terminar uma e começar a outra? Quando dadas simultaneamente, qual a dosagem adequada de cada uma? 4

A tendência central — correta, por sinal — é a extensão da educação geral dentro do sistema de educação formal. Mas persistem algumas tendências opostas, que derivam essencialmente de uma confusão em que incorrem muitos educadores, economistas, políticos e administradores: a pretensão de que a escola — a educação formal — deva responsabilizar-se, necessariamente, pelo treinamento para o trabalho. Este, em muitos caos, já constitui o objetivo de um sistema paralelo, e essa tendência recrudescerá até o ponto em que o sistema formal apenas se dedique à educação geral. É claro que se trata de uma educação geral diferente daquela a que estamos acostumados, mas sempre sem uma pretensão de profissionalização imediata, preconcebida na escolha de currículos e programas específicos. Será uma educação que enfatizará o "conhecimento" e na qual não haverá maior preocupação com a "habilidade". A preparação para o trabalho, como procuraremos mostrar adiante, será alvo de outro tipo de solução, dentro do sistema de treinamento.

Este conflito é aparentemente tão sério quanto o anterior, porque, principalmente nos países subdesenvolvidos, é comum invocar-se a inutilidade da educação geral para a vida do trabalho, e este apresenta primordial importância, especialmente para as populações menos favorecidas. A alternativa seria dar iniciação ou habilitação para o trabalho até mesmo na escola primária, de modo a preparar para o ingresso no mercado de trabalho. Não é preciso argumentar longamente sobre os inconvenientes políticos e sociais dessa discriminação. Restaria, a essa corrente, o argumento econômico, prontamente rebatido, se nos lembrarmos de alguns fatos incontestáveis :

a) uma educação geral de curta duração exige sempre, na preparação para o exercício de uma certa atividade produtiva, maior extensão no treinamento para o trabalho. Como o treinamento é, várias vezes, mais caro que a educação geral (custo por aluno por hora) e os custos de substituição (earnings foregone), neste nível, também baixos, não há vantagem econômica imediata em diminuir a extensão da educação geral. Alguns românticos acreditam que essa iniciação profissional possa ser dada a baixo custo. Para que isso sucedesse, seria preciso que nos conformássemos com professores de péssima qualificação, atuando em escolas com equipamento modesto e pouco diversificado. Assim sendo, a profissionalização propiciada seria de baixo nível de qualidade e a escola permaneceria, durante muitos anos, preparando (e mal) várias gerações de estudantes para apenas meia dúzia de profissões diferentes. Como a mobilidade geográfica dos elementos assim formados seria pequena, por tratar-se de trabalhadores com baixo nível de qualificação, rapidamente estaria esgotada a demanda reprimida por esse tipo de pessoal.

b) em um mundo que se transforma velozmente, há uma nítida tendência para a também rápida obsolescência das habilidades específicas, principalmente as de mais baixo nível de qualificação. Desaparecida uma função ou radicalmente alterada a preparação necessária ao exercício de dada ocupação, é muito mais difícil retreinar o trabalhador que possui poucos anos de escolarização geral, pois se exige maior tempo de duração dessa reciclagem profissional, a custos muito elevados. Ademais, isso ocorre em uma fase da vida ativa em que essa interrupção é extremamente inconveniente. Assim, não há vantagem econômica mediata em abreviar-se a educação geral;

c) além disso, o prolongamento da educação geral permite o despertar de potencialidades intelectuais que — sem a educação geral — permaneceriam ocultas, principalmente dentre os elementos provenientes das classes menos favorecidas. Essa energia inte-

lectual potencial, explicitando-se, possui um valor econômico mensurável (embora ainda não medido) e certamente elevado, que de outra forma permaneceria inaproveitado.

Restaria, para reforçar esta posição, lembrar que é provável que os adultos do final do século — hoje iniciando sua vida escolar — se sintam marginalizados — como os analfabetos de hoje —, caso tenham menos de 8 anos de educação geral. Esta terá que preencher inúmeras funções que ainda não preenchem hoje e que são essenciais em um mundo com as perspectivas que já agora se desenhavam aos nossos olhos.

Finalmente, a reflexão sobre a problemática, aqui exposta, mostra que sua solução não é tão complexa como parece (ela será explicitada no último capítulo deste "paper").

4. UMA SOLUÇÃO IMEDIATA

4.1. Perspectivas da Educação na Década dos 70

As grandes controvérsias existentes na área educacional, apresentadas no Capítulo 3, já têm suas respectivas soluções encaminhadas, de certo modo.

Embora não tenhamos a pretensão de fazer nenhum exercício de futurologia, é preciso mostrar algumas das perspectivas da educação na década dos 70, para aclarar nosso raciocínio.

No tocante a recursos, é de prever que a educação receberá tratamento especial e que os gastos a ela correspondentes devam superar, de muito, os dispêndios em outros setores, brevemente. Um princípio fundamental impor-se-á em todo o mundo e condicionará os rumos da educação em futuro próximo. Sintetizando, poder-se-ia dizer que, enquanto na década dos 60 as nações atribuíram maior ou menor importância à educação, na década dos 70 será a educação que definirá a maior ou menor importância das nações. Do mesmo modo, o mundo compreenderá que — por incrível que pareça! — há um bem ainda não escasso e que, ao mesmo tempo, dentro da escala de valores da sociedade moderna, é o mais precioso bem existente no mundo: a inteligência humana. Os países reconhecerão que aqueles que não utilizaram adequadamente essa capacidade ociosa terão seu futuro e sua segurança comprometidos de forma definitiva. É possível, então, que, do mesmo modo que as nações, hoje, exibem frustradas ou orgulhosas — seus índices de renda "per capita", apresentem como estatística mais adequada, para provar seu desenvolvimento, algum índice médio da população da mesma natureza que o QI.

Na década dos 70, a formulação da política apresenta -

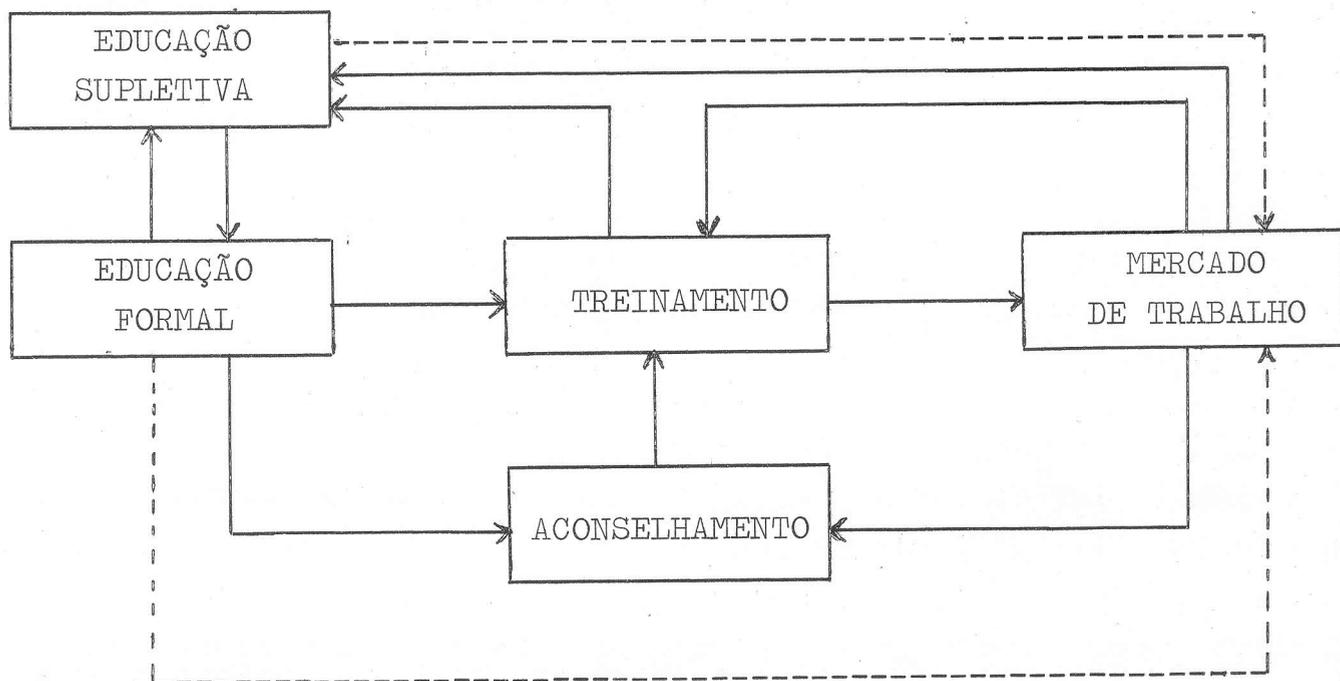
rá, como seu núcleo central, o conjunto de variáveis relativas à qualidade do Homem. Surgirá, então, uma "Ciência do Homem", de caráter multidisciplinar, englobando e sintetizando as várias incursões que já hoje se fazem nos campos econômico, sociológico, antropológico, psicológico, político, etc., com a preocupação de desvendar os caminhos mais curtos para melhorar a qualidade de vida nas sociedades modernas.

Em todo esse quadro vislumbrar-se-á a influência que a ciência e a tecnologia, por força da aceleração do ritmo de mudança da sociedade moderna, exercerão sobre o Homem do futuro e, por consequência, sobre a educação.

Além de uma "Ciência do Homem", surgirá também uma "Ciência da Educação", que permitirá a efficientização dos sistemas de ensino em todos os seus aspectos, afastando também esse óbice à elevação do esforço financeiro no setor. Os progressos que já foram feitos na área da microeconomia da educação, das ciências do comportamento, da sociologia educacional, etc., permitem prever a notável influência desse novo ramo científico.

Além de todo esse esforço no campo da educação, outro fato novo pode ser facilmente identificável como de acontecimento certo, na década que ora se inicia: a mudança da tecnologia educacional.

S I S T E M A D E E D U C A Ç Ã O P E R M A N E N T E



Graças a essa mudança, que já se esboça, será possível dar educação a quantidades crescentes de estudantes (todas as camadas sócio-econômicas e todas as faixas etárias compreendidas entre o limiar do aprendizado e o fim da vida ativa), como ensino centrado no aluno e atendendo às suas características individuais, aperfeiçoando, paralelamente, a qualidade da educação ministrada. Essa Revolução Tecnológica — que já ocorreu e continua a ocorrer nos demais setores produtivos — solucionará o falso dilema entre quantidade e qualidade. Ao mesmo tempo, será compatível com a implantação da educação permanente, exigência natural do mundo dinâmico e complexo em que vivemos .

No que concerne à controvérsia em torno da educação geral e da educação profissionalizante, o próprio estabelecimento de um sistema de educação permanente propiciará a solução respectiva.

Parece fora de dúvida que a educação geral deva ter sua duração ampliada. Isso se tornará essencial porque novas e crescentes responsabilidades serão atribuídas à educação geral: evidenciar talentos; transmitir o sistema de valores e os princípios éticos necessários à moldagem adequada do comportamento; iniciar os jovens nas grandes questões de caráter político, que podem ter influência decisiva na vida da sociedade (criação do sentimento comunitário, da motivação popular para o desenvolvimento, etc.); preparar o jovem para o lazer e para sua vida familiar atual e futura, etc. A par disso, a educação geral deverá prolongar-se para acompanhar as mudanças de ênfase, no mundo da produção. Nos setores produtivos, a ênfase passará a repousar no conhecimento e não mais na habilidade; esta será cada vez menos importante que aquêle. O Homem do futuro terá que ser um generalista, passível de adaptação rápida para o exercício de funções especializadas. Só assim estará apto a compreender o mundo moderno e aperfeiçoá-lo. Daí, a educação geral deverá prolongar-se e a habilitação específica encurtar-se, no futuro.

4.2. Uma Solução para as Relações Educação-Emprego

O importante, no momento atual, é encontrar uma solução para os problemas nas relações entre educação e emprego, que possa ser iniciada imediatamente, sem grandes dispêndios, ao mesmo tempo que não se choque com o futuro que provavelmente estamos construindo.

Assim, essa solução deve ser compatível:

1) com uma nova tecnologia educacional, "labor-saving", de baixo custo, centrada no aluno, atendendo à sua individualidade, com alto padrão qualitativo, ministrada a grandes quantidades de es-

tudantes;

2) com a extensão da educação a todas as camadas sócio-econômicas da população e às faixas etárias compreendidas entre o limiar do aprendizado e o fim da vida ativa (dos 3 aos 65 anos, dentro dos padrões atuais). Em outras palavras, com a implantação de um sistema de educação permanente;

3) com a extensão da educação geral e o encurtamento da habilitação específica, em decorrência da ênfase no conhecimento, em detrimento da habilidade.

Analisando os problemas atuais, existentes nas relações entre a educação e o mercado de trabalho, verifica-se que a maioria deles será solucionada, na medida em que se mude a tecnologia educacional (especialmente os problemas qualitativos) e se estabeleça uma boa política de utilização de mão-de-obra.

Restariam, insolúveis, os problemas decorrentes da intransparência do mercado de trabalho, das suas alterações causadas por mudanças da estrutura de produção e da rigidez do sistema educacional em atender às novas e diferentes exigências do mercado de trabalho.

A solução para essa problemática, compatível com as perspectivas que se abrem ao setor educacional, consiste na integração entre o sistema de educação formal e o sistema de treinamento para o trabalho, vinculados entre si por um mecanismo de aconselhamento ocupacional e por um mecanismo de educação supletiva, capazes de, a qualquer momento, propiciar a preparação para o trabalho, a volta aos sistemas de educação formal e treinamento e a promoção educacional e ocupacional do indivíduo. Esse novo sistema, mais amplo, seria o sistema de educação permanente, que todos os países podem e devem começar a estruturar imediatamente.

O sistema de educação permanente teria as seguintes características :

1) o atual sistema de educação formal deve concentrar seus esforços, em todos os níveis, na educação geral, com ênfase na transmissão de conhecimento e abandono da preocupação com a habilitação específica;

2) dever-se-ia estruturar um sistema de treinamento para o trabalho constituído dos órgãos que já operam na área de treinamento, mas incluindo a comunidade em geral e as empresas, em particular (estas devem tornar-se, também, de certo modo, agências de treinamento);

3) deve estabelecer-se um enlace entre a educação formal e o treinamento, constituído de um mecanismo de aconselhamento ocupacional e um mecanismo de educação supletiva. Normalmente, quando um indivíduo deixasse o sistema de educação formal, seria conduzido ao treinamento para o trabalho, guiado pelo aconselhamento. Inversamente, quando desejasse atualizar-se ou progredir na escala da educação geral, seria encaminhado nesse sentido, através de um mecanismo de ensino supletivo (é claro que são possíveis inúmeras variantes);

4) a volta ao sistema de educação formal seria facilitada pelo fato de todo ele estar estruturado à base de créditos e, assim, haver ampla margem de liberdade na escolha do conteúdo de conhecimento julgado necessário pelo usuário. O conceito tradicional de carreira deixaria de existir (e, com ele, o "prestígio social");

5) as empresas englobadas no sistema, repetimos, seriam consideradas agências de treinamento e não parece haver outra solução para atender à tendência moderna de criação de novos setores econômicos e novas profissões, pois o sistema educacional não poderá, e conômicamente, atingir tal diversificação, no caso do ensino prático e específico.

A solução aqui preconizada talvez não seja original em sua concepção. Sucede, porém, que não está sendo aplicada de modo integral, sistematicamente e em larga escala, mas apenas em alguns casos isolados. No futuro, porém, não haverá alternativa. Daí por que consideramos que essa estratégia deva disseminar-se o quanto antes, prevenindo problemas que já existem e tendem a avolumar-se. É de notar que quase todos os países do mundo já apresentam condições para iniciar essa tarefa, que não depende de grandes recursos financeiros, pois se pode aproveitar o sistema de educação formal (sempre existente) e estruturar os órgãos de treinamento e as empresas em um verdadeiro sistema. Seria necessário, em certos casos, criar o mecanismo de educação supletiva e, em quase todos os países subdesenvolvidos, estabelecer o aconselhamento ocupacional. Tal esforço, todavia, será plenamente compensado pelos excelentes resultados provenientes dessa estratégia, apresentada no esquema anexo.

Seria preciso escrever um novo "paper" para identificar, com clareza, todas as virtualidades e vantagens do sistema proposto para a educação permanente. Alinhando, sumariamente, apenas aquelas vantagens normalmente inexistentes nos sistemas educacionais atuais, mencionaríamos : criação de oportunidades reais de promoção pelo trabalho; adaptação automática às modificações do mercado de trabalho, no qual surgirá um grande número de novas profissões e do qual desaparecerão várias outras; permeabilidade total entre a educa

ção e o trabalho; viabilidade econômica de diversificação da formação profissional, que tende a realizar-se, de modo bastante acentuado, nos próximos anos; complementaridade perfeita entre educação geral e educação profissionalizante; possibilidade real de aproveitamento total, progressivo, do potencial intelectual de todos os indivíduos.

Essas vantagens, por si só, justificam o abandono das práticas tradicionais e a adoção do sistema proposto, que pode ser implantado gradualmente, de acordo com as disponibilidades de recursos humanos e materiais de cada país.

¹ Estudos e pesquisas mais recentes, associados à redefinição do conceito de desenvolvimento, provam haver outros elos de ligação, não econômicos, entre educação e desenvolvimento.

² É conveniente lembrar, a bem da verdade, que, em certos casos, nos países subdesenvolvidos, o "prestígio social" reflete-se sobre as condições econômicas de exercício das várias profissões.

³ Os termos produtividade, rendimento e eficiência não são aqui empregados como sinônimos. A produtividade refere-se ao uso dos fatores em jogo no processo educacional (instalações, professores, material didático, etc.). O rendimento diz respeito ao progresso dos alunos submetidos ao processo educacional através de seus vários níveis. A eficiência relaciona-se com a utilização do produto final do processo educacional (aluno que foi submetido ao processo) na sociedade. Neste último caso inclui-se toda a problemática de subordinação da educação ao emprego.

⁴ Em quase todos os países, o sistema de educação formal, nas suas primeiras séries (variáveis em número), dedica-se apenas a educação geral. A partir de determinado nível de escolaridade, existem opções de caráter profissionalizante, que coexistem com a educação geral preparatória para o ensino superior. O ensino superior é nitidamente profissionalizante. A par disso, existem órgãos, ou mesmo um sistema de treinamento para o trabalho, que atendem àqueles que, tendo um baixo nível de escolarização geral, desejam preparar-se para ingressar no mercado de emprego. Geralmente não se faz a formação de técnicos de nível médio ou profissionais em órgãos de treinamento, mas exclusivamente no sistema formal de educação.

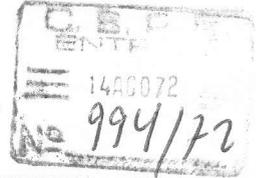


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

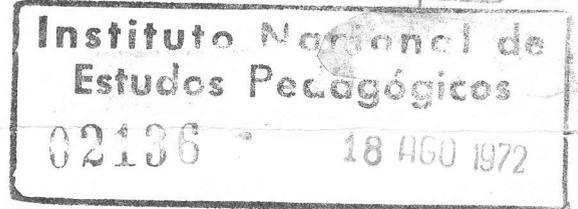


Em

Do: Diretora do Departamento de Ensino Fundamental
Ao: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Assunto: Solicitação



*A Sec. de Ensino. Inform. D. Lucia
21/08/72
MPT*



Senhor Diretor

Este Departamento patrocinará, através de sua Comissão Central de Currículo, um Encontro de Coordenadores de Equipes de Currículos, entre 29 e 31 deste mês. Um dos documentos básicos contém monografia, elaborada pela Professora LUCIA MARQUES PINHEIRO, sendo objeto de estudo no dia 29, quando julgamos imprescindível a presença da autora do estudo em apreço. Por essa razão vimos solicitar de V. Sa. o credenciamento dessa professora para o referido seminário, mesmo por telefone, a fim de podermos expedir requisição de passagem.

Certa de contarmos com a compreensão de V. Sa. aproveitamos para renovar protestos de consideração e estima.

Atenciosamente,

EURIDES BRITO DA SILVA

Diretora do Departamento de Ensino Fundamental

SG/CGM/gjr/72



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DEPART. DE ENSINO FUNDAMENTAL	
OFÍCIO - M.E.C.	
001469	- 9 AGO 72
SERVIÇOS GERAIS	

Em

Do: Diretora do Departamento de Ensino Fundamental
 Ao: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
 Assunto:

C. E. P. E.	
ENTRADA	
14 AGO 72	
Nº 993/72	

*A see
 A Designa D. Silva
 e Aquies em
 22/08/72
 Aprt.*

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos	
02135	18 AGO 1972

Senhor Diretor

Em continuidade às atividades da Comissão Central de Currículos, realizar-se-á em Brasília, de 29 a 31 de agosto, Encontro de Coordenadores de Equipes de Currículo. Os objetivos do encontro são:

- estudo conjunto dos problemas estaduais relacionados a currículo;
- levantamento de soluções para os problemas estudados;
- estabelecimento de etapas de trabalho para implantação das atividades ligadas a reconstrução de currículos nos Estados.

Para o alcance dos objetivos acima relatados gostaria de contar com a participação de um elemento do setor de atividades que V. Sa. dirige.

Certa de contarmos com a compreensão de V. Sa. aproveitamos para renovar protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

EB Silva

EURIDES BRITO DA SILVA

Diretora do Departamento de Ensino Fundamental

SG/CGM/gjr/72.

Faza Putaig.

Amg
23.8.72

26 SET 1972

Of. nº 1161

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura
: Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica

Senhor Secretário-Geral,

Informo a Vossa Senhoria que, na qualidade de representante do Ministério da Educação e Cultura, participei, ontem, dia 25, no Conselho Nacional de Pesquisas, da 4a. Reunião do Grupo de Trabalho para a Implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica, cuja agenda foi a seguinte:

- 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior.
- 2) Apreciação pelo IBBD das respostas aos questionários enviados a diversas instituições.
- 3) Apreciação do anteprojeto do Sistema com base no esquema resultante da reunião anterior.
- 4) Assuntos gerais.

Cópia da ata da reunião anterior, bem como da apreciação das respostas aos questionários, feita pelo IBBD, seguem anexas.

A respeito da apreciação do anteprojeto do Sistema, com base no esquema sugerido pelo Dr. Harold Borko, da Universidade da Califórnia e especialista da UNESCO, foi aprovada, por unanimidade, a indicação de que a Biblioteca Nacional,

pela abrangência de seu acervo, embora integrando a estrutura administrativa do MEC, deverá ficar à parte do Subsistema de Informação Educacional, constituindo um elemento independente no sistema.

Aprovou-se, também, a sugestão de que os responsáveis pelos subsistemas, em princípio os Ministérios que jurisdicionam as respectivas áreas, apresentem projetos pilotos referentes à implantação dos subsistemas, os quais, sendo apreciados pelo Grupo de Trabalho até fins de outubro, terão possibilidades de contar com recursos externos.

Sugeri que, para homogeneidade desses projetos pilotos, o IBBD organizasse um seminário, onde se focalizassem aspectos conceituais da informática, o que foi aprovado para para realização dias 12 e 13 de outubro vindouro.

A próxima reunião ficou marcada para o dia 23 de outubro, quando conviria que o representante do MEC já tivesse uma definição de como se estruturará o sistema de informações do Ministério e, conseqüentemente, o subsistema de informação educacional do SNICT.

Renovo a Vossa Senhoria os protestos de elevado apreço e consideração.

Ayrton de Carvalho Mattos
Diretor

21 AGO 1972

Of. nº 964

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura
: Projeto PENTEC

Senhor Secretário-Geral,

Atendendo à solicitação contida em seu ofício nº 3289/72/SG/Gab, de 11 do corrente, informamos a Vossa Senhoria que o Projeto PENTEC foi analisado sob dois ângulos:

- 1º) o projeto e sua destinação ao CENAFOR;
- 2º) o projeto em si mesmo.

Sob o primeiro ângulo, verificou-se que o projeto prevê a organização, no CENAFOR, a fim de desenvolver um programa de pesquisas para o ensino técnico, de uma estrutura, compreendendo um elemento central e seis elementos regionais, que contará, ao fim de 5 anos, com 132 pesquisadores.

Ora, a pesquisa para o CENAFOR é um meio de que o órgão se vale para bem cumprir sua missão precípua de formar e aperfeiçoar recursos humanos. Tendo, então, sua estrutura de pesquisa a dimensão assinalada, qual não deverá ser a organização daquele Centro para atender a sua atividade-fim?

Por outro lado, a estrutura focalizada destina-se a desenvolver um programa de pesquisa para o ensino

técnico, vale dizer, para um setor restrito da educação nacional. Se o MEC inclinar-se por essa linha de ação, é de supor-se que outros setores, como o do ensino fundamental, ensino superior, ensino supletivo, queiram dispor, também, organicamente, de seus elementos de pesquisa, o que, por enquanto, nos parece exagerado e inexecutável.

Face ao exposto, opinamos ser inadequada a um órgão, como o CENAFOR, a estrutura de pesquisas preconizada pelo Projeto PENTEC.

Quanto ao projeto em si mesmo, ele apresenta, de imediato, uma vantagem muito apreciável e comum a toda proposição estrangeira - a possibilidade de contar com recursos humanos aptos para sua execução, quer vindos do exterior, onde eles existem em abundância, quer recrutados no País, mediante remuneração adequada.

Outra vantagem de vulto, reside no fato de contemplar o projeto a formação de pessoal qualificado, cuja carência torna inexpressiva, atualmente entre nós, a atividade no campo da pesquisa educacional.

Juntando-se a isso, a consideração de que o projeto propiciará maior divulgação da metodologia da pesquisa científica, pode-se concluir por um parecer favorável a ele, apesar de seu custo elevado, em valor absoluto.

Uma preocupação, no entanto, deve perdurar por toda a execução do projeto - a de que o pessoal trazido do exterior atenda, realmente, à qualificação requerida.

Em síntese, este órgão é de parecer que, despojado do caráter específico, que lhe foi emprestado para satisfazer à recomendação do DEM e CENAFOR, o Projeto PENTEC poderá vir a ser aplicado, satisfatoriamente, a uma entidade de pesquisas educacionais do tipo do INEP.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria, protestos de estima e consideração.

Ayrton de Carvalho Mattos
Diretor do INEP